

Encontro Internacional sobre História de Angola

Luanda, 28/09/2010 a 01/10/2010

Comunicação



Jonuel Gonçalves

Questões sobre a História Económica de Angola

Da fundação de Luanda ao começo do ultra-colonialismo

1. Identidades na economia?

A Economia é talvez a única das ciências sociais para quem “identidade” não é categoria de análise nem mesmo noção importante. No diálogo com a História e a Sociologia, alguns economistas preocuparam-se em dado momento com a eventual adaptação das problemáticas “identitárias” aos estudos económicos, mas a deriva em que essas problemáticas entraram, reduziu bastante a preocupação.

Na verdade, a “identidade” é objeto de vários conceitos - o que ocorre com outras expressões em todas as ciências sociais - mas sobretudo é usada para legitimar causas muitas vezes antagonicas, ao ponto de aparecer como quase sinonimo de fechamento comunitário ou nacional e até como manifestação de xenofobia, racismo ou etnicismo.

Por essa razão, a pesquisa em Economia menciona as “identidades” - por exemplo em estudos sobre contextos locais ou regionais - quando manifestações de particularismo incidem sobre aspectos de produção, consumo ou finanças, recorrendo a definições de historiadores, sociólogos ou antropólogos, quase sempre sem tecer muitos comentários e sempre optando por definições compatíveis com suas ideologias ou valores.

Duas expressões, muito usadas como espaços das “identidades” por todos os teóricos

destas, constituem recurso frequente nos estudos económicos: comunidade e nação, na medida em que ambos permitem situar dois elementos fundamentais da atividade económica - o mercado e o estado.

A palavra comunidade cobre espaços de todas as dimensões, desde a comunidade de vizinhos à internacional. Atualmente é muito usada em África para definir as entidades de integração económica, após tê-lo sido na Europa até perto de final do século XX.

Em quase todo o Atlântico Sul, nas suas margens oriental e ocidental, a nação é produto das fronteiras criadas pelo sistema colonial, o que suscita debate sobre a existência ou não de definição única. Embora tenham sido criações europeias, as delimitações fronteiriças não obedeceram aos mesmos critérios de afinidades históricas e culturais de grande parte dos estados da Europa, ainda que notáveis exceções são perceptíveis nesse continente também, com os casos de acentuada multiculturalidade da Suíça e da Rússia.

Tal multiculturalidade é regra geral no Atlântico Sul, com o quadro demográfico marcado por populações de distintas origens - mais ou menos longínquas. A construção nacional nesse quadro segue a simbologia de Benedict Anderson de “comunidades imaginadas” mas também a afirmação de Leopold Senghor de que “na Europa a nação precede e cria o estado, no terceiro mundo o estado precede a nação e tem como uma de suas funções criá-la”.

Se a “identidade”, como afirmação de valores específicos e características estáveis, tem peso diferente consoante as disciplinas, já comunidade e nação apresentam a mesma importância em todas as ciências sociais e, as diferenças de interpretação não estão ligadas a cada uma delas mas manifestam-se de igual modo dentro de cada uma.

Assim, é minha proposta para este texto usar “entidades” em vez de “identidades”

A História Económica de Angola, bem como de seus antecedentes territoriais e demográficos, é constantemente marcada pela precariedade e pela violência, não apenas para afirmação de poderes ou conquista de espaço territorial, mas ainda porque a atitude do poder colonial e de alguns poderes pré-coloniais conhecidos, em relação à população, consistiu em usá-la como força de trabalho a baixo custo, suscitando um contexto social dos mais penosos em cada época histórica e, do ponto de vista económico, inibidor de mercado interno que tivesse margem de consumo proporcional ao número de habitantes.

As mentalidades que presidiram tais atitudes e as consequências geradas, colocaram Angola e seus antecedentes numa posição de persistente atraso em relação às inovações, o que enfraqueceu as soberanias locais perante as ofensivas coloniais e, em seguida, criou uma economia colonial de fraca produtividade e determinada pelo mercado externo.

Esta foi a única grande continuidade de efeitos económicos entre os períodos pré-coloniais e coloniais, suficiente no entanto para traçar o perfil precário da economia de Angola desde o século XV ao século XX, alimentado pelo próprio atraso que causava, ou seja, facilitando administrações políticas de brutalidade e dificultando resistências bem sucedidas.

A dominante de auto-subsistência, que marcava as economias no período imediatamente anterior à chegada dos europeus - ao litoral entre os séculos XV e XVI, ao interior imediato nos séculos XVII e XVIII e ao interior profundo no século XIX - era em si um elemento de atraso em relação ao mercantilismo europeu, tanto na capacidade de resistir à penetração como no atrativo exercido por novos produtos, que serviram como moedas de troca (no caso da escravatura) ou de escoamento de excedentes metropolitanos de baixa qualidade.

Embora houvesse uma certa diversidade nesses produtos e uma grande disparidade nas suas quantidades, um produto atravessou todas as fases da presença europeia com grande impacto, em virtude da elevada procura local ter proporcionado ao sistema colonial resposta com oferta proporcional, a ponto de ter peso na sua produção metropolitana, ser objeto de intensa disputa pelo seu transporte marítimo e ter dado lugar a proibições de produção local.

O vinho foi uma mercadoria decisiva na sustentação do setor comercial do colonialismo, tanto nos seus períodos de estagnação como de expansão, sendo a mercadoria de presença mais estável nas pautas de importação em Angola, durante a maior parte do período colonial até muito dentro do século XX. A expressão “vinho para o preto” caracteriza os perfis do comércio do mato e do muceque e, para além de outras considerações, é bom revelador dos padrões tecnológicos da colonização em Angola, pois se tratava de vinho de baixíssima qualidade, nível que manteve quando caíram algumas interdições e certo tipo de vinho começou a ser fabricado no país.

Curiosamente, as primeiras importações de vinho após a independência mantiveram os referidos níveis de qualidade, embora tivesse uma empresa brasileira como

fornecedora.

Aqueles padrões tecnológicos caracterizavam a maioria da população europeia de Angola, mesmo em vésperas da independência e, o perfil do comércio voltado para as camadas de baixo rendimento, assinalava também métodos fraudulentos nos pesos e medidas, outro indicador de sistema de troca predador no consumo de base.

É esclarecedor sublinhar que Portugal tinha no vinho uma de suas grandes receitas, tanto fiscais internas como de exportação, pelo menos a partir do Tratado de Mettween, assinado no século XVIII com a Inglaterra. Os termos de troca dos têxteis ingleses contra vinho português, fazem dele um dos tratados apresentados na História Económica Mundial como assentes no princípio da troca desigual.

Outro indicador de padrão tecnológico surgiria após a insurreição de 1961, na instalação de médias empresas industriais com base em capital fixo ultrapassado nas sedes metropolitanas dos investidores.

2. Em busca do capital da escravatura

Ligado a esta questão surge a da própria formação de capital em geral.

Relembrando aspectos já bastante estudados, refira-se que a passagem da escravatura tradicional para a transatlântica, implicou capital português, através de fundos reais ou empresas comerciais exportadoras dos produtos que serviam de instrumento de troca com os fornecedores locais de escravos.

Na maior parte do período escravagista, estes fornecedores situavam-se em larga medida nas aristocracias pré-coloniais, com relevo para o Kongo, Matamba, Ndongo e Lunda, objetos de numerosas referências em trabalhos históricos sobre Angola e, em termos muito semelhantes aos estudados por Tidiane Diakitê (:2009) para grandes áreas da margem africana do Atlântico Sul. Os pombeiros que exerciam funções intermediárias constituíam uma importante camada social composta por europeus ou por naturais do território, abrangido pela presença colonial ou em contacto direto com esta.

A economia portuguesa beneficiava com as transações de diversas formas: lucros das empresas traficantes instaladas; lucros das exportadoras de produtos destinados à troca, impostos reais.

É neste âmbito sucinto que surgem interrogações, sobre os efeitos e encaminhamento dos lucros ou rendimentos produzidos, num caso a nível externo e no outro a nível interno.

Eric Williams assinalou a importância da escravatura no Caribe para a industrialização britânica e, figurando Portugal como segundo país de empresas promotoras de tráfico de escravos após o Reino Unido, é inevitável indagar para onde foram, na economia portuguesa, os capitais gerados na escravatura, considerando que Portugal só atingiu patamares de industrialização muito tarde no século XX. Simplesmente não houve acumulação de capital para investimento na fase seguinte, em virtude do atraso dos operadores económicos portugueses, desde o reinado de .Manuel I até ao corporativismo salazarista, ou a escravatura originada no atual território de Angola, produziu efeitos de capitalização sobretudo em benefício da classe que depois se tornou agrário-exportadora do Brasil?

Interrogação semelhante para Angola.

Apesar da grande diferença entre os preços da entrega dos escravos no destino final e no momento do embarque, as margens de lucros até este momento eram apreciáveis. “Há muitos anos na America um negro o que mais custava eram 500 mil reis e hoje na Havana compram-se quantos aparecem pelo dobro... o preço médio de um preto ou preta em qualquer parte da costa [africana] é de quarenta a cinquenta mil réis; mas o negocio por esse custo já deu um grande lucro ao agente, que o obteve a troco de alguma pólvora, de aguardente ou de missanga” (Anonimo: 1862).

O autor destas informações (de quem falaremos adiante) baseia-se essencialmente nos dados que obteve na viagem a Angola e, mesmo tratando-se de período já com repressão internacional do trafico - que fazia subir os preços - qualquer dedução que se faça aponta para apreciáveis lucros dos agentes locais, os pombeiros. Dados que se aproximam bastante dos fornecidos por Diakitê para outras faixas do Atlântico africano.

Parte dos pombeiros reconverteu-se ao comercio de bens de consumo primário, desde meados do século XIX, em Luanda, Benguela e na zona de influência do Kuanza, passando a fazer parte de uma classe média com prolongamentos na administração. Mesmo assim, o volume de capital que estas novas atividades sugerem é inferior aos rendimentos que a escravatura promovia e, a fragilidade dessas mesmas atividades, facilitou seu empobrecimento pelo reforço do sistema colonial após a primeira guerra mundial.

Sujeitos às mesmas limitações institucionais do então império português, vários elementos e perfis dos operadores económicos angolanos pós escravatura, apontam para características semelhantes aos operadores portugueses, agravadas pela extrema

exiguidade do mercado interno angolano, a ausência de comunicações estimulantes com o resto da África Austral e Atlântico Sul e as distancias em relação às áreas centrais da economia mundial.

A situação do capital que transitou pela aristocracia pré-colonial fornecedora comporta ainda mais elementos desfocados e o recurso à expressão “transitou” parece-me adequada, na medida em que - salvo percentagens modestas - não temos traço desse capital no século XIX.

3. As alianças de classe e a hegemonia

A criação de Angola como entidade económica produz-se em 1576 com a fundação de Luanda, no quadro de um projeto mineiro que se desfez porque baseado em informações erradas e se transformou em projeto de exportação de mão de obra escrava em larga escala. A facilidade na rápida mudança deve-se à percepção de que existiam condições locais para captura prolongada e mercado comprador externo, mas também porque a exploração das inexistentes minas de prata de Cambambe já implicava recurso à escravatura.

Nessa altura, Portugal tinha mais de 130 anos de experiência com tráfico de escravos africanos, desde a chegada a Lagos (Algarve) do primeiro carregamento em 8 de Agosto de 1444, capturados numa razia efetuada por navegadores, conforme crónica de Zurara (in Page: 2008). Nas décadas seguintes, produziu-se uma alteração capital na forma da captura, passando a razia direta pelos europeus a ocupar lugar secundário em benefício de acordos com as aristocracias locais.

Diakité (:2009) assinala: “Se os europeus - em primeiro lugar os portugueses - passaram do estágio inicial de rapto, roubo e razia à fase elaborada de negociação e tratados concluídos com reis e chefes do litoral africano, foi porque constataram que sem esses escalões nenhuma captura significativa, segura, durável e regular de escravos poderia ser operada”.

A instalação da nova entidade em terras sob influência do poder do Kongo, processou-se no âmbito dessa orientação. Luanda assumiu rapidamente um dos lugares de topo como via do tráfico transatlântico e os canais estabelecidos revelaram duas características político-sociais:

- a implementação de uma aliança internacional de classes, entre mercantilistas europeus e aristocratas africanos;

- interesse de outras potências escravagistas por esses canais e via de saída, interesse que após a escravatura foi ampliado a diversas vias de escoamento.

Estas características levantam duas ordens de questões.

Na primeira, sublinhemos antes de mais que o recurso à noção de classe visa apenas identificar os atores das alianças criadas (e seu tipo), não implicando aceitação de que “a luta de classes é o motor da História”, na medida em que a História não é monomotor. Ao mesmo tempo, a própria História revela que as alianças de classe são, pelo menos, tão presentes como os antagonismos.

Nestes termos, a formação, desenvolvimento e complexificação das estruturas de classe, surgem como *um dos* motores da História.

Sumariamente, entendemos por classes sociais entre os séculos XV e meados de XIX, conjuntos de pessoas que têm entre si uma soma de afinidades, nos rendimentos e no exercício ou relação com o poder político-militar.

Nas condições de sociedades coloniais e ou escravagistas, o tipo de poder também estabelece hierarquias sociais. É muito diferente ser poder colonial ou poder local-tradicional, sendo além disso evidente que a ausência de poder constitui elemento definidor também, confirmado pelos inerentes baixos rendimentos.

Na Angola desse período, a estrutura colonial apresenta um topo com a alta administração e representantes locais das grandes empresas; um segmento intermédio composto pelos funcionários subalternos e agentes comerciais, tanto metropolitanos como naturais e uma base de serviçais (no sentido alargado do termo) negros.

Os níveis de educação - que desde a revolução industrial passarão a ter peso como componente da definição e como fator de mobilidade social - na longa fase aqui apontada revelam uma base totalmente analfabeta e níveis muito baixos na “classe média”, em virtude da ausência de sistema de ensino na colónia (apenas escassas e dispersas escolas em geral de propriedade religiosa) e o recrutamento de analfabetos portugueses para tarefas no terreno colonial, com semi-analfabetismo na camada superior.

A estrutura social das formações africanas em contacto com o poder colonial, apresentava uma classe detentora do poder com decisivo impacto do parentesco, diferenciada em condições de vida do conjunto da comunidade, embora com desigualdades de rendimentos não tão pronunciadas como na Europa da época. Mesmo assim, as diferenças eram suficientes para configurar interesses específicos ou melhores oportunidades, acrescidas a fortes indicações de que a classe que

designamos por aristocracia africana era numericamente mais reduzida que sua congênera europeia do período referido e, por outro lado, no resto da população existiam menos diferenças sócio-profissionais que na Europa.

O tamanho da camada dirigente e as pequenas distinções entre os habitantes em geral (condições de habitação, de vestuário, alimentação e relações de produção) levou a visões de uniformidade social nessas. Na verdade estas condições decorriam do baixo padrão tecnológico, mesmo para a época, e camuflavam uma realidade importante: uma classe social de pequena dimensão numérica, detentora de muito poder em sociedades de nível educacional baixo, pode impor-se por muito tempo e determinar a orientação dessa sociedade, inclusive mobilizando apoios no seu seio desta. Foi assim que os regimes absolutistas se constituíram e mantiveram em todos os continentes, África incluída, onde os sucessivos exemplos de autoritarismo constituem, também como no resto do mundo, bom indicador de antagonismos e repressão para defender a ordem minoritária reinante.

Na mesma ordem de idéias está a constatação de que a contradição faz parte da vida em sociedade e negar tal dado em África, significaria negar sua própria humanidade (Serrano: 2009).

Assim, os dois poderes em presença nos antecedentes territoriais ou demográficos de Angola, assemelham-se muito pelo seu autoritarismo - o que facilitou os acordos de cúpula - e apresentam distinções tecnológicas importantes, onde o avanço no lado europeu fez uma diferença gigantesca.

Estas considerações gerais - e pistas de pesquisa - permitem constatar quem se aliou com quem e em que bases.

De facto, as pequenas aristocracias detentoras de poder pré-colonial, exploraram tanto quando puderam os benefícios materiais e de consolidação do poder, que a escravatura massiva lhes trazia e, desde que os europeus se mantivessem em pequenos enclaves, não lhes opuseram resistência significativa. A partir do momento em que o colonialismo avançou para ocupação de todo o continente, acabou a aliança e das aristocracias pré-coloniais saíram chefes de resistência.

Como em todas as alianças de classe, há sempre hegemonia de uma em relação à outra ou às demais e, nos acordos para captura e venda de escravos, os interesses europeus prevaleciam e atingiam remunerações muito superiores a seus aliados, salvo raras exceções. De novo, as diferenças no padrão tecnológico sustentaram a hegemonia e a política europeia de limitar a transferência de tecnologia aparece logo

nos primeiros cronistas da navegação.

A subalternização do poder local gerou diversos choques, rompimentos e até confrontos armados.

A batalha de Ambuíla é um exemplo, na medida em que foi um natural de Angola que comandou as forças coloniais, enquanto o lado kongolês teve apoio até de comerciantes brancos e de intermediários mestiços - neste caso talvez até membros do clero católico, anteriormente apontados como anti-portugueses em relatório dos jesuítas (Boxer: 1975) - cujas atividades exigiam paz.

Esta batalha assinalou ainda divergências entre o centro da monarquia portuguesa, para quem a manutenção de acordo mesmo precário com o rei do Kongo era importante, enquanto que os agentes locais do sistema, então em larga medida procedentes do Brasil priorizavam acima de tudo a amortização mais rápida possível do investimento feito no Rio de Janeiro para a frota de Salvador Correia, na restauração do poder português em Luanda.

Outras manifestações do relacionamento entre esses parceiros aparecem na atuação política da rainha Nzinga, procurando tirar partido das rivalidades luso-holandesas no sentido de melhorar suas condições de remuneração com o negócio e de reconhecimento formal de seu poder.

Neste quadro, a audiência da soberana com o governador-geral na cidade alta, deu uma demonstração suplementar do autoritarismo dos dois sistemas em presença: o governador não facultou cadeira para a rainha se sentar e esta contornou a humilhação sentando-se numa escrava.

Desde as mais remotas formas de poder até hoje, o objeto para se sentar tem um valor simbólico central, do trono até lugar na mesa familiar, passando pelas costas de escravos, onde Nzinga não foi caso único, gravuras da Antiguidade Oriental vão no mesmo sentido.

O relacionamento colonial-escravagista com a Lunda teve características de maior equilíbrio, pelo menos no século XVII, em virtude da distância do litoral, da vontade varias vezes manifestada pelo soberano local em reduzir os intermediários vizinhos ao mínimo e da sua forte capacidade de oferta, decorrente da densidade populacional a seu alcance, em virtude da considerável extensão territorial onde exercia poder ou onde influía.

Este fator tem permitido considerar a respectiva estrutura estatal como Império da Lunda, designação que suscita reservas no debate historiográfico africano em relação

a todas as entidades africanas que recebiam tal designação. Em abordagens num encontro de historia comparativa (Sidney, Australia, 2004), Anthony I. Asiwaju (:2004) e Michael Timoswsky, (:2004) apontam respectivamente que:

- a abordagem comparativa é útil para a compreensão da Historia de África, já que não há nada de tão específico que a afaste do resto da historia universal;
- entidades políticas africanas têm por vezes algumas características de impérios, como a relativamente grande extensão territorial e composição demográfica com uma etnia central e algumas vizinhas, mas faltam-lhes outros atributos imperiais, daí a necessidade de rever certas designações de “império” ou considerá-las como “early empires”, expressão inglesa do texto de Timowsky que, tal como em francês, pode ter a tradução pouco precisa de “pré-impérios”.

Esta observações são importantes para se avaliar a extensão territorial atingida pela captura, alcance dos poderes e natureza da aliança em torno da escravatura, assente quase sempre em acordos verbais e oscilação de termos de troca. Mesmo assim, sobreviveu, de forma geral, durante cerca de 250 anos.

4. Os choques entre potências

A questão das rivalidades inter-coloniais é outro demonstrativo da inevitabilidade das contradições mesmo em situação de afinidades e interesses globalmente próximos, explicando os intensos entre potências europeias, na corrida ao prestígio internacional e acumulação de capital.

O período da “União Ibérica” de 1580 a 1640 deu à Holanda o pretexto político para alargar sua presença no Atlântico Sul, projeto que já tinha uma base de passagem na África do Sul, mais tarde transformado na Cidade do Cabo. A ocupação de áreas açucareiras no Nordeste do Brasil, levantou-lhe problemas de mão de obra escrava, onde todos os caminhos levavam aos canais criados no litoral angolano e adjacências. Não é sem interesse constatar que a ocupação holandesa de Luanda é iniciada um ano após a restauração da independência portuguesa, que a Holanda apoiava para enfraquecer o império espanhol. A coroa holandesa teria acreditado que este apoio conduziria ao reconhecimento por Portugal da situação de facto criada, por exemplo em Pernambuco e, portanto, também da ocupação de Luanda, vista então mundialmente como apêndice do Brasil.

Não foi o que aconteceu e o livro de Evaldo Cabral de Mello, significativamente intitulado “O negócio do Brasil” (:1999), ao revelar o peso da negociação diplomática

para encerrar o período do “Brasil holandês”, pode fornecer uma pista importante sobre a expedição de Salvador Correia, inclusive pela brevidade da operação para ocupação da Fortaleza de São Miguel e ausência de informações sobre vítimas ou retenção de prisioneiros.

No ano desta expedição, 1648, decorreu a conferência de Westfalia e a presença portuguesa - contestada pela Espanha - ficou a dever muito ao apoio holandês. O debate implícito nas cartas do embaixador português em Amsterdam e do Padre Antonio Vieira, mostram a grande preocupação do diplomata em não agredir o aliado, enquanto o sacerdote afirma o primado das considerações económicas: “sem pretos não há Pernambuco e sem Angola não há pretos”, frase que parece ter sido definitiva nas opções.

A negociação sobre a retirada holandesa do nordeste brasileiro pode ter incluído Angola a partir de dado momento, seja contra reconhecimento português da presença holandesa em pontos importantes do extremo-oriental ou pela inserção angolana no pagamento em ouro, assinalado por Evaldo Cabral de Mello.

Apesar da perda de Luanda, a Holanda manteve seu apoio a Portugal em Westfalia, o que, aliado aos dados sobre o 15 de Agosto de 1648 no morro da Fortaleza, deixa como alta probabilidade a expedição de Salvador Correia, (montada e financiada pelo Rio de Janeiro), como força de execução de acordo formal ou virtual, até porque outro poder emergente aliado de Portugal, a Inglaterra, não via com bons olhos expansões excessivas da Holanda e já olhava com interesse para o Cabo da Boa Esperança.

Os efeitos do poder imperial britânico sobre Angola não cessarão de aumentar, desde a primeira ocupação da Cidade do Cabo no fim do século XVIII, que inseriu a costa angolana nas rotas da Royal Navy, acentuando-se com:

- as guerras napoleônicas que deslocaram, sob proteção britânica, o centro do império português para o Brasil;
- a campanha contra o tráfico de escravos no início do século XIX, que levou a marinha inglesa a vigilância da costa angolana e até criação de uma estação naval. Posteriormente, Londres opôs-se a intenções de inserir Angola no quadro político da independência do Brasil, em virtude da convicção que, conhecendo-se a atividade dos promotores da iniciativa, ela só reforçaria o tráfico. Após a escravatura, este posicionamento britânico evoluiu para ação oficiosa contra o trabalho forçado, atingindo de frente a produção cacaueteira de São Tomé, que funcionava largamente

com mão de obra “contratada” angolana;

- a enérgica reação britânica ao projeto português de ocupação costa a costa - o mapa cor de rosa - impondo com rapidez a disciplina do sistema. Para além do significado internacional e sub-regional, este episódio suscitou um dos primeiros grandes debates dentro do chamado proto-nacionalismo angolano, com posições sintetizadas no jornal “Futuro de Angola” com a frase de editorial “ a escolha não é entre Portugal e a Inglaterra, mas sim República ou Independência” (citação de memória), revelador das visões políticas da época em Angola.

- o desenho e construção do caminho de ferro de Benguela, como corredor de escoamento mineral que determinou a história do Lobito e inseriu o centro do litoral angolano nas grandes rotas imperiais.

O “scramble for África” que determinou a partilha continental, colocou o problema da definição das fronteiras angolanas no rio Congo com a Bélgica - com incidência direta na configuração geográfica do país e, no que respeita Cabinda, repercussões políticas até hoje. Ao mesmo tempo, a reunificação alemã, introduziu a Alemanha no “scramble”, suscitando o mesmo tipo de definições na fronteira sul, especialmente no Kunene e, de forma indireta no KK, em virtude da faixa de Caprivi que encostava a colónia alemã do Sudoeste Africano ao Zambeze.

Londres pressionou Lisboa para ocupar efetivamente o leito do Kunene até a foz, tal como fazia em relação ao Rovuma em Moçambique, para limitar as pretensões alemãs e acentuar a tradicional linha de atuação britânica em África, de controlar a foz dos grandes rios, diretamente ou através do aliado luso. Só o rio Senegal escapou a esse controle e, em contrapartida, a França teve de reconhecer a presença britânica no Gâmbia, poucos quilómetros a sul.

A colónia alemã ficaria assim sem nenhum grande rio de curso permanente interno (a não ser um reduzido trecho da bacia do Zambeze) já que a Inglaterra ocupara as duas margens fluviais na fronteira com a África do Sul e, para corolário, ocupou também Walvis Bay, retirando-lhe então o único porto natural em águas profundas.

A Alemanha conformou-se provisoriamente com a situação, mas sua administração no Sudoeste Africano nunca deixou de olhar para o extremo sul de Angola como solução para os dois problemas,(Hangula: 1996). O rio Kunene e a então vila de Porto Alexandre foram objeto do interesse alemão e, como alternativa, a extensão para dentro de Angola de ferrovia a partir da recém fundada Windhoek.

A ocupação alemã de parte da zona de influência do Baixo Kunene, na primeira

guerra mundial, não conduziu a outros passos nem foi durável em virtude da derrota alemã e da devolução pela África do Sul - sucessora da Alemanha no Sudoeste e inserida no âmbito diplomático-militar do Império Britânico - a Portugal da posse da região ocupada.

Este conjunto de elementos revela como, ao abrigo da sua aliança com Portugal, o imperialismo britânico influenciou em Angola e como atividades humanitárias baseadas em Londres acompanharam essa influência.

5. A dependência do mercado mundial

A estas determinantes políticas externas na História de Angola - que continuariam a manifestar-se em períodos posteriores até à guerra fria - somaram-se determinantes económicas internacionais.

Desde logo, entra nestas determinantes a própria escravatura, que a partir do século XVII é quase toda orientada para exportação. O fim dela também obedeceu à evolução mundial de mentalidades em diversas classes políticas influentes e à grande mudança de racionalidade económica decorrente da revolução industrial, dois movimentos que não tiveram agentes ou intervenientes locais em Angola. Além disso, não houve em Portugal movimento abolicionista, como na Grã-Bretanha, Estados Unidos ou França, nem mesmo como mais tarde no Brasil.

Também não há indicações de revoltas de escravos, embora resistências de algumas comunidades locais à intrusão colonial ou de seus aliados, possa ter o medo da escravatura como uma das razões.

A ligação escravagista Angola-Brasil suscitou, no momento da independência do Brasil em 1822, um movimento da parte de traficantes baseados em Luanda e Benguela para seguir o mesmo caminho, rapidamente desfeito pelo reforço de pequenas unidades militares governamentais portuguesas e pela oposição inglesa já mencionada.

A independência do Brasil, porém, gerou em Portugal um sentimento de perda que a monarquia tentou sublimar, com apelos a fazer em África, Angola sobretudo, um novo Brasil. Algumas iniciativas económicas, pretendiam-se estímulo nesse sentido, mas foram de uma incipiência total: o aumento nos carregamentos comerciais em Lisboa destinados à recém aberta feitoria de Luanda, recuaram para os níveis anteriores tão logo houve o reconhecimento português da independência brasileira (Valentim e Dias :1997) pelo qual o Brasil se comprometia a não apoiar qualquer

movimento pela independência de outras colónias portuguesas.

O tráfico de escravos de Angola para o Brasil prosseguiu.

Já mencionamos também o papel de pressão exercido pela marinha de guerra inglesa e, por vezes, francesa, perante as evidências de tráfico clandestino mesmo após sua abolição legal. Nas colônias portuguesas também não se criaram centros para libertação de escravos como Freetown ou Libreville.

O longo período de transição entre o fim do tráfico e o da escravatura no seu total, foi outra característica em Angola e quando finalmente terminou assistiu-se à inauguração de novo período sobre “trabalho indígena”, tanto de forma direta com acordos ou imposições de fornecimento de trabalhadores para empreendimentos coloniais - prelúdio ao “contrato” do ultra-colonialismo - como de forma indireta através dos impostos, no quadro da extensão das áreas ocupadas pelo colonialismo e geradoras de resistências, que vão atravessar toda a segunda metade do século XIX e entrar no século XX, marca principal do período, junto com a fixação das fronteiras atuais do país.

Durante esta transição, em 1844, os portos angolanos são declarados abertos a toda a navegação, uma medida que em situações coloniais traduz sempre abertura de mercado, marcando em geral uma nova fase de orientação em economia. É mais um efeito das pressões internacionais, face às quais Portugal preparará medidas para privilegiar os seus navios mercantes e que ficarão em vigor até à independência.

6. A colonial-estagnação

A criação de um mercado abrangendo o espaço criado, vai demorar tanto como a extensão administrativa colonial no mesmo e, em finais do século XIX, esse mercado compreendia essencialmente os habitantes das cidades litorâneas e seus pequenos prolongamentos no troço final do Kwanza e no planalto da Huíla, ou seja, uma ordem de grandeza da centena de milhar, onde talvez nem metade possuísse poder de compra para diversidade de produtos além da estrita sobrevivência.

As condições gerais de vida são muito duras como assinala o já mencionado viajante em livro publicado em 1862 (Anónimo:1862), com a explicação prévia de ter ocultado seu nome para que não o julguem vaidoso. Assinala uma Luanda onde até a Sé nova está em ruínas - a velha foi transformada em curral - o mesmo ocorrendo com o palácio do governador onde chove em várias salas. O quartel ameaça desabar e o

comércio apresenta altos índices de especulação e falsificação de produtos. O transporte urbano assinala apenas uma caleche de um comerciante, no mais os relativamente abastados usam a machila “servida por dous pretos”.

Acrescenta: “se Loanda é má terra, Benguella é trinta vezes peor“, apesar de ter preços de gado mais abordáveis e um comércio de couros importante. Só faz alguns elogios à “villa de Mossamedes“, para onde propõe a transferência da capital.

O interesse deste texto para a história económica angolana decorre ainda de informações sobre o mercado interno, com uma extensa lista de produtos disponíveis nele e, apesar da linguagem racista, aponta algumas características sociais ligadas à economia, começando pelos conflitos contra o imposto:

“As revoltas dos pretos são, na máxima parte, devidas aos excessos e à cubiça dos governadores de distrito e quase sempre se manifestam na época em que se arrecadam os dízimos ou quando se tracta de fazer uma remessa de carregadores”.

Sobre o nível de vida da população urbana negra, escreveu que “Três metros de fazenda d’algodão estampado, um punhado de farinha de pau e uma pinga de aguardente (cachaça) são os únicos objectos de que necessita ... uma cubata ou barraca composta por ramos de coqueiro e barro que elle levanta com suma promptidão, serve-lhe d’abrigo e a suas companheiras; uma simples esteira no chão é para elle um excelente leito”.

Sobre a circulação monetária “vêm-se raras libras e alguns dollares americanos; o resto é moeda papel ou cédulas de mil, dous mil e quinhentos e cinco mil reis, moeda imunda que o governo há muito devia ter retirado da circulação... O dinheiro em cobre são as macutas e quipacas.” A falta de liquidez levava naquela época ao corte das moedas de prata em quatro pedaços, e o viajante anónimo acrescenta que falsificadores cortam-nas em seis. (ibidem)

Algumas observações sumárias sobre a estrutura social devem aqui ser feitas.

É nesta fase que surge a expressão “filhos do país” para designar uma camada de composição multirracial, com impacto comercial e administrativo, da qual saiu a primeira intelectualidade angolana e reivindicações por vezes apresentadas como proto-nacionalistas. Por vezes também, o conjunto recebe a designação de sociedade crioula.

Considerando a definição sucinta dos indicadores de classe, atrás apontados, a leitura da imprensa local da época, tanto de naturais como de residentes europeus e alguns discursos oficiais, permite identificar duas classes nessa camada cultural,

correspondendo a dois níveis de rendimento e dois tipos de função administrativa. Seguindo os mesmos indicadores, ambas compreendem também europeus e, há varias indicações por dedução nas mesmas fontes, de convívio determinado pela posição de classe.

A classe localmente dirigente era integrada por europeus de residência temporária, tanto na administração como na gestão das empresas de maior dimensão.

A classe dos serviçais - de criados domésticos, a carregadores e aos mais subalternos do serviço publico - existentes desde os primeiros anos das cidades - aumentou numericamente e estabilizou-se como a classe social urbana mais numerosa e de mais baixos rendimentos, no final do século XIX e começo do XX.

Durante as campanhas de ocupação colonial em finais do século XIX, aumentou a população rural integrada ao sistema através sobretudo da gradual pressão fiscal.

Resumidamente, esta era a estrutura social de décadas de estagnação económica que acompanhou a fixação das fronteiras atuais, condicionada pela partilha continental que, por sua vez, se inscrevia num quadro mundial marcado pela segunda vaga da revolução industrial e por uma longa depressão no centro do sistema mundial entre 1873 e 1896.

Aliás, estes dois elementos - industrialização e longa depressão - contribuíram para acelerar o “scramble for África” como parte da resposta global do sistema.

Em 1884 a balança comercial é deficitária, com as importações situadas na ordem de grandeza das 800 mil libras e as exportações 700 mil, situação que se altera no ultimo ano do século XIX com 1,7 milhão de libras em valor exportado e 1,5 importado.(Exposição:1934)

Com dados da mesma fonte, podemos destacar oscilações entre anos e períodos de saldos positivos e negativos até à realização da Exposição Colonial em Lisboa, no ano de 1934, marco do reforço do salazarismo em política africana e consequente progresso do ultra-colonialismo. Em negativo estiveram, por exemplo os períodos de 1884 a 1891; 1902 a 1907 e 1923 a 1927. Em positivo 1891 a 1892; 1895 a 1899; 1931 a 1933.

O estado da ocupação colonial no início da primeira guerra mundial, traduziu-se na economia por exportações de café (quase 4,5 mil toneladas), açúcar (3 mil), milho (4 mil) e peixe seco (4,3 mil), todos relativos a 1914 (ibidem).

Estes são os produtos cuja exploração revela sustentabilidade, ao contrário da borracha, que teve cerca de duas décadas de florescimento no início do século XX,

promovido pelo corte massivo e predador e pelo recurso a carregadores em regime semi-escravo, até que os preços mundiais lhe puseram fim. Idêntica forma de transporte foi usada para o milho até perto da II guerra mundial, em ambos os casos com predominância na direção de Benguela. Prática semelhante com outros produtos e aplicação de trabalho forçado, tiveram presença num leque orientado para Luanda, ou seja, as duas rotas abertas para a escravatura foram reconvertidas.

O sonho mineiro da colonização nunca se desfez e, já em finais do século XIX, dezenas de concessões em jazidas foram atribuídas, levadas à prática de forma tão precária que tiveram vida curta.

Tal como na agricultura, um grande fator limitante aos projetos mineiros coloniais foi a resistência da população ao trabalho nessas empresas, penoso e mal remunerado. Para solucionar o obstáculo, a administração não se atacou a essas duas causas, colocando seu poder de coerção ao serviço das empresas no recrutamento forçado.

As roças de café e as minas de diamantes vão beneficiar-se com este método que, além de opressivo, gerava baixos índices de produtividade.

Mas em 1922, os diamantes tomam a dianteira com 98.682 quilates exportados, enquanto o café ultrapassa as 10 mil toneladas (ibidem) números relativamente importantes para o período, revelando a entrada em novo modelo exportador com produtos de elevada procura mundial, que estarão presentes no grupo de topo em todo resto da colonização. Em 1933, os diamantes aproximam-se dos 500 mil quilates e o café tem um crescimento menor (um pouco acima das onze mil toneladas). No biênio 1932/1933, surgem pequenas exportações de algodão, uma cultura que tal como o café dará lugar a fortes conflitos.

Mas antes desses há os conflitos gerados pela cobrança do “imposto indígena“, arrecadação que se estende até abranger 770.154 pessoas no biênio 1927/1928 e 744.787 em 1932/1933., segundo recenseamentos efetuados.

Para a população total, porem, o método era a estimativa, sujeita a dados aleatórios. Assim, o calculo para 1913 indicava 4.520.100 habitantes. Em 1933, os números recuaram para 3.098.281. Embora uma violenta epidemia de pneumônica tenha feito milhares de vítimas entre 1913 e 1922, a explicação oficial é que os processos de estimativa se aperfeiçoaram e corrigiram erros por excesso (Exposição:1934)

Por esta altura, o mapa de Angola está totalmente ocupado por concessões a seis grandes empresas mineiras. A Diamang é a de maior extensão, mas uma companhia petrolífera iniciou pesquisa que conduziria às primeiras descobertas na década de

1950, As outras incluíam a Mineira do Lobito, mais tarde detentora da importante exploração de ferro, a Companhia das Minas de Cobre do Bembe, a Mineira do Alto Zambeze e a Companhia de Pesquisas Mineiras.

O comércio externo revela que nas importações, as percentagens portuguesas estarão em alta a partir de 1933 - outra indicação do reforço colonial suscitado pelo salazarismo. De 39% dos fornecimentos em 1929, sobe para 55%, enquanto o Reino Unido desce no mesmo período de 15 para 13% e os USA de 13 para 5%. (ibidem)

O vinho continua a ter uma presença em alta constante. A qualidade até 14 graus tem 4,8 milhões de litros importados em 1914 e quase o dobro dez anos depois. Em 1914 não há importação de veículos, de carga ou ligeiros, mas em 1928 Angola importou respectivamente 579 e 420, reduzindo em 1933 para apenas 39 e 23. (ibidem). A modéstia destes números volta a confirmar o tipo de padrão tecnológico, que subiu em meio século mas manteve-se muito longe da evolução mundial, mesmo em termos relativos e mesmo em relação a outras colónias.

Os anos vinte, registam relevantes importações de material ferroviário, um dado que aponta outro fator decisivo da inserção de Angola no mercado mundial, com a função de fachada marítima para os produtos mineiros do Copperbelt e do Katanga, graças á construção do CFB e porto do Lobito.

7. Conclusão

Os anos vinte são também decisivos na preparação do ultra-colonialismo.

A primeira guerra mundial demonstrou aos países colonizados ou periféricos que, depender da Europa para abastecer seus mercados internos comportava, além das limitações ao desenvolvimento, o risco de desabastecimento em virtude das crises e guerras no velho continente. Esse raciocínio está na base de processos de substituição de importações em países com os quais Angola tinha (e tem) laços de algum tipo, como África do Sul e Brasil. Em Angola, toda a política económica desse período visava precisamente o oposto, ou seja, acentuar a dependência do mercado português, ao mesmo tempo que estimulavam a emigração europeia.

A soma dos dois fatores manteve Angola em atraso acentuado e interrompeu o crescimento - numérico e de formação de capital - da classe média local, dois efeitos previsíveis e inter-conectados. Sem um patamar inicial de indústria não haveria expansão e o aumento do numero de europeus detentores de capital, crédito e ligações de mercado, com estagnação de oportunidades, só podia liquidar os

vulneráveis operadores económicos locais.

A criação do Banco de Angola, naquele momento, não introduziu nenhum elemento de mudança e manteve as mesmas limitações de crescimento e sua difusão de efeitos, características do Banco Nacional Ultramarino.

O governador Amaral Reis e o Alto Comissário Norton de Matos, que cobrem os anos 1919 a 1923, executaram esta política de recusar a oportunidade para inserir a economia de Angola num movimento da história económica, do que seria mais tarde designado por terceiro mundo.

Dez anos depois, a mesma orientação de submeter a economia de Angola a uma estratégia de reserva extrativa e comercial, repetiu a perda de oportunidade. A reação perante a grande depressão iniciada em 1929, de países como os referidos Brasil e África do Sul, deu lugar a iniciativas de industrialização que lhes acentuaram autonomia, capacidade de poupança e modernização tecnológica, três componentes que, anos mais tarde, os colocariam em posição de desenvolvimento.

Para o governo português da época, o aproveitamento por Angola dessa oportunidade estava fora de questão. O interesse de Lisboa no começo da década de 30 é como em 1919 aumentar a dependência colonial e como as colónias ajudavam na redução dos problemas metropolitanos, decorrentes do seu próprio atraso e dos efeitos da grande depressão.

Assim, tratou-se de dois encontros perdidos com a História, sentidos do ponto de vista do potencial económico angolano, mas não certamente do ponto de vista do sistema colonial que iniciava o seu período ultra, quer dizer, tentativa de perpetuar o império com base num regime politicamente ditatorial e economicamente arcaico. Período que duraria quarenta anos.

BIBLIOGRAFIA

- Anonimo** - “45 dias de Angola” - Ed do Autor - Porto - 1862
- Asiwaju**, Anthony I, - “African History in Comparative Perspective” - Africa Zamani n° 11-12 - Codesria - Dakar - 2003/2004
- Alexandre**, Valentim e **Dias**, Jill - “O Império Africano” X e XI - in “Nova História da Expansão Portuguesa” - Editorial Estampa - Lisboa - 1998 e 2001
- Braudel**, Fernand - “Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo” - 2ª edição - Martins Fontes - São Paulo – 2009
- Boxer**, C.R. _ “Relações raciais no império português – 1415-1825” – Afrontamento – Porto - 1977 (original inglês de 1963)
- Diakité**, Tidiane - “La traite des noirs et ses acteurs africains” - Berg Internacional - Paris - 2009
- Exposição Colonial** - “Informação económica sobre o Império e alguns elementos de informação geral - vol. III- Angola” - Lisboa - 1934
- Hangula**, Lazarus - “The International Boundary of Namibia” - Ed. Gamsberg Mc Milan - Windhoek - 1993
- Krugman**, Paul e **Obstfeld**, Maurice - “Economia Internacional - Teoria e Prática” - 6ª edição - Pearson e Addison Wesley - São Paulo - 2007
- Le Goff**, Jacques - “Reflexões sobre a História “ - Edições 70 - Lisboa - 2009
- Melo**, Evaldo Cabral –“O negocio do Brasil”- Top Books – Rio de Janeiro - 1999
- Mendes**, Antonio de Almeida -”Les reseux de la traite iberique dans l’Atlantique Nord” in Annales n° 4-63° année - EHESS - Paris - juillet/août 2008
- Ménil**, Alain - “La creolisation, un nouveau paradigme pour penser l’identité ?” in Rue Descartes n° 66 - PUF - Paris - novembro 2009
- Serrano**, Carlos e **Waldman**, Mauricio - “Memória d’África” - Ed. Cortez - São

Paulo - 2007

Strathern, Paul - “Uma breve história da economia” - Ed. Jorge Zahar - Rio de Janeiro - 2001

Page, Martin - “A primeira aldeia global” - 3ª edição - Casa das letras - Lisboa - 2008

Tomowsky, Michael - “Use of the term ‘Empire’ in Historical Research on Africa. A comparative approach” - Africa Zamani nº 11-12 - Codesria - Dakar - 2003/2004

UNESCO - “Histoire Generale de l’Afrique” - Unesco/Presence Africaine - Paris - 1997 e seguintes.

Wheeler, Douglas e Pelissier, René - “História de Angola” - Ed. Tinta da China - Lisboa - 2009

Williams, Eric - “Capitalismo e escravidão” - Companhia Editora Americana - Rio de Janeiro - 1975

